



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.com.br



Secretaria de Energia

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Notas explicativas	Controladora			Consolidado		
		AJUSTADO			AJUSTADO		
		31.12.13	31.12.12	01.01.12	31.12.13	31.12.12	01.01.12
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	6	62.068	42.416	69.702	80.708	56.502	81.933
Revendedores	7	17.477	15.472	14.234	17.477	15.472	14.234
Consumidores	7	1.492	2.362	2.473	1.492	2.362	2.473
Valores a receber - Energia livre	8	2.040	2.040	2.040	2.040	2.040	2.040
Energia de curto prazo - CCEE	9	-	558	4.816	-	558	4.816
Valores a receber	10	25.223	-	-	25.223	-	-
Serviços - Canal Pinheiros	11	21.803	-	-	21.803	-	-
Alienação de bens e direitos	12	645	221	1.762	645	221	1.762
Renda da prestação de serviços		2.738	2.589	-	2.738	2.589	-
Adiantamento a fornecedores	13	2.924	1.075	-	21.325	1.075	-
Tributos e contribuições sociais compensáveis	14	15.438	11.242	3.323	15.507	11.349	3.350
Indenização Porto Góes	15	-	37.690	-	-	37.690	-
Estoque		2.073	2.111	2.630	2.073	2.111	2.630
Arrendamento UTE Piratininga	16	42.866	44.991	35.283	42.866	44.991	35.283
Outros créditos	17	20.325	16.404	19.574	20.093	15.852	19.389
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18	(13.371)	(8.600)	(5.271)	(13.371)	(8.600)	(5.271)
Cauções e depósitos vinculados	20	25.295	31.211	6.637	25.295	31.211	6.637
Despesas antecipadas		101	65	196	101	65	196
		<u>229.137</u>	<u>201.847</u>	<u>157.399</u>	<u>266.015</u>	<u>215.488</u>	<u>169.472</u>
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
Valores a receber	10	-	43.123	14.650	-	43.123	14.650
Arrendamento UTE Piratininga	16	432.236	433.962	423.396	432.236	433.962	423.396
Cauções e depósitos vinculados	20	8.536	4.691	10.955	8.536	4.691	10.955
Investimentos		28.649	27.905	13.400	1.390	1.389	1.391
Imobilizado	21	383.629	351.731	511.394	443.592	367.977	511.394
Intangível		403	565	884	403	565	884
		<u>853.453</u>	<u>861.977</u>	<u>974.679</u>	<u>886.157</u>	<u>851.707</u>	<u>962.670</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.082.590</u>	<u>1.063.824</u>	<u>1.132.078</u>	<u>1.152.172</u>	<u>1.067.195</u>	<u>1.132.142</u>

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	Controladora			Consolidado		
		AJUSTADO			AJUSTADO		
		31.12.13	31.12.12	01.01.12	31.12.13	31.12.12	01.01.12
CIRCULANTE							
Fornecedores		5.026	4.467	9.581	6.631	7.635	9.581
Folha de pagamento		4.164	4.713	5.802	4.164	4.713	5.802
Obrigações estimadas - folha de pagamento	22	10.990	11.081	11.886	10.990	11.081	11.886
Tributos e contribuições sociais	23	4.078	4.553	7.934	4.240	4.756	7.998
Dividendos e juros sobre capital próprio		1.509	86	86	1.509	86	86
Fundo de Investimento em Direitos							
Creditórios - FIDC	24	-	-	8.509	-	-	8.509
Entidade de previdência a empregados	26	20.980	22.789	43.401	20.980	22.789	43.401
Taxas regulamentares	27	9.529	7.855	7.199	9.529	7.855	7.199
Encargos de uso da rede elétrica		177	647	296	177	647	296
Energia de curto prazo - CCEE		-	1.419	-	-	1.419	-
Depósitos vinculados	28	19.803	872	40.000	19.803	872	40.000
Outros		<u>14.862</u>	<u>13.391</u>	<u>4.929</u>	<u>14.862</u>	<u>13.391</u>	<u>4.929</u>
		<u>91.118</u>	<u>71.873</u>	<u>139.623</u>	<u>92.885</u>	<u>75.244</u>	<u>139.687</u>
NÃO CIRCULANTE							
Tributos e contribuições sociais	23	126	216	306	126	216	306
Empréstimos e financiamentos	25	-	29.893	-	67.815	29.893	-
Entidade de previdência a empregados	26	28.716	117.165	23.578	28.716	117.165	23.578
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	128.524	127.811	118.892	128.524	127.811	118.892
Taxas regulamentares	27	769	769	769	769	769	769
Provisão para custos socioambientais	29	17.825	50.658	17.825	17.825	50.658	17.825
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	30	34.971	31.462	38.638	34.971	31.462	38.638
Outras provisões		-	-	4.360	-	-	4.360
Outras obrigações	31	<u>16.202</u>	<u>16.202</u>	<u>16.202</u>	<u>16.202</u>	<u>16.202</u>	<u>16.202</u>
		<u>227.133</u>	<u>374.176</u>	<u>220.570</u>	<u>294.948</u>	<u>374.176</u>	<u>220.570</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	33	285.411	285.411	285.411	285.411	285.411	285.411
Reservas de capital		387.130	387.130	387.130	387.130	387.130	387.130
Outros resultados abrangentes	33	87.228	1.605	87.083	87.228	1.605	87.083
Reservas de lucros		300	-	120.584	300	-	120.584
Dividendo adicional proposto		4.270	-	4.270	-	-	-
Prejuízos acumulados	33	-	(56.371)	(108.323)	-	(56.371)	(108.323)
		<u>764.339</u>	<u>617.775</u>	<u>771.885</u>	<u>764.339</u>	<u>617.775</u>	<u>771.885</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.082.590</u>	<u>1.063.824</u>	<u>1.132.078</u>	<u>1.152.172</u>	<u>1.067.195</u>	<u>1.132.142</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.13 E 31.12.12 (Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Capital Social	Reservas de Capital		Outros Resultados Abrangentes	Reservas de Lucros		Dividendo Adicional Proposto	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Subvenções para Investimento	Incentivos Fiscais		Reserva Legal	Lucro a Realizar			
Saldos originalmente informados em 31.12.2011	285.411	383.618	3.512	-	-	-	-	(21.240)	771.885
Ajuste CPC 33 (R1)	-	-	-	87.083	-	-	-	(87.083)	-
Saldos de abertura em 01.01.2012	285.411	383.618	3.512	87.083	-	-	-	(108.323)	771.885
Realização da reserva de lucro a realizar	-	-	-	-	-	(11.311)	-	11.311	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(68.632)	(68.632)
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	(85.478)	-	-	-	-	(85.478)
Absorção da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	109.273	-
Saldos em 31.12.2012	285.411	383.618	3.512	1.605	-	-	-	(56.371)	617.775
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	85.623	-	-	-	-	85.623
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	62.364	62.364
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	300	-	-	(300)	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	4.270	(4.270)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(1.423)	(1.423)
Saldos em 31.12.2013	285.411	383.618	3.512	87.228	300	-	4.270	-	764.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro (prejuízo) por ação)

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Notas Explicativas	Controladora		Consolidado	
		AJUSTADO	AJUSTADO	AJUSTADO	AJUSTADO
		31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
34		192.834	174.509	192.834	174.509
35		(188.657)	(189.473)	(188.668)	(189.473)
		<u>4.177</u>	<u>(14.964)</u>	<u>4.166</u>	<u>(14.964)</u>
Despesas Operacionais					
Custo do serviço prestado a terceiros	35	(1.273)	(1.448)	(1.273)	(1.471)
Despesas gerais e administrativas	35	(44.574)	(39.588)	(44.574)	(39.588)
Outras receitas e despesas	35	46.510	(71.916)	45.507	(72.498)
		<u>663</u>	<u>(112.952)</u>	<u>(340)</u>	<u>(113.557)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		4.840	(127.916)	3.826	(128.521)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas	36	38.102	35.202	39.590	36.118
Despesas	36	(1.651)	(1.682)	(1.659)	(1.730)
Variações monetárias líquidas	36	21.786	38.194	21.786	38.194
		<u>58.237</u>	<u>71.714</u>	<u>59.717</u>	<u>72.582</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		63.077	(56.202)	63.543	(55.939)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	19	-	(3.511)	(466)	(3.774)
Diferidos	19	(713)	(8.919)	(713)	(8.919)
		<u>62.364</u>	<u>(68.632)</u>	<u>62.364</u>	<u>(68.632)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ATRIBUÍVEL A					
Acionistas controladores		<u>62.364</u>	<u>(68.632)</u>	<u>62.364</u>	<u>(68.632)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR					
Ação preferencial	33	R\$ 1.75130	R\$ (1.92729)	R\$ 1.75130	R\$ (1.92729)
Ação ordinária	33	R\$ 1.59209	R\$ (1.75209)	R\$ 1.59209	R\$ (1.75209)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 MÉTODO INDIRETO (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	AJUSTADO	AJUSTADO	AJUSTADO	AJUSTADO
	2013	2012	2013	2012
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais:				
Lucro (prejuízo) do exercício	62.364	(68.632)	62.364	(68.632)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa proveniente das operações:				
Depreciação	19.861	24.408	19.861	24.408
Variações monetárias/juros	(55.669)	(74.146)	(55.669)	(74.146)
Teste de recuperabilidade dos ativos - CPC 01	(41.903)	105.366	(41.903)	105.366
Ganho indenização Usina Porto Góes	-	(8.248)	-	(8.248)
Ganho na alienação de bens e direitos	(3.664)	(24.609)	(3.664)	(24.609)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	713	8.919	713	8.919
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	4.771	3.329	4.771	3.329
Constituição (reversão) de provisão para custos socioambientais	(32.833)	32.833	(32.833)	32.833
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	7.838	5.632	7.838	5.632
Reversão de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	(4.329)	(12.808)	(4.329)	(12.808)
Outras provisões	-	(4.360)	-	(4.360)
Receita de equivalência patrimonial	(976)	(582)	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de revendedores	(2.005)	(1.238)	(2.005)	(1.238)
Contas a receber de consumidores	870	111	870	111
Energia de curto prazo - CCEE	558	4.258	558	4.258
Valores a receber - DAEE	21.935	(28.473)	21.935	(28.473)
Renda da prestação de serviços	(20.201)	-	(20.201)	-
Tributos e contribuições compensáveis	(4.196)	(7.919)	(4.158)	(7.



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.com.br



Secretaria de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2 Reconciliação da demonstração de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado
Reconciliação do Resultado						
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	174.509	-	174.509	174.509	-	174.509
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(192.196)	(2.723)	(189.473)	(192.196)	(2.723)	(189.473)
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO	(17.687)	(2.723)	(14.964)	(17.687)	(2.723)	(14.964)
Despesas Operacionais						
Custo do serviço prestado a terceiros	(1.448)	-	(1.448)	(1.471)	-	(1.471)
Despesas gerais e administrativas	(39.588)	-	(39.588)	(39.588)	-	(39.588)
Outras receitas e despesas	(71.916)	-	(71.916)	(72.498)	-	(72.498)
	(112.952)	-	(112.952)	(113.557)	-	(113.557)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(130.639)	(2.723)	(127.916)	(131.244)	(2.723)	(128.521)
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas	35.202	-	35.202	36.118	-	36.118
Despesas	(1.682)	-	(1.682)	(1.730)	-	(1.730)
Variações monetárias líquidas	(15.704)	(53.898)	38.194	(15.704)	(53.898)	38.194
	17.816	(53.898)	71.714	18.684	(53.898)	72.582
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(112.823)	(56.621)	(56.202)	(112.560)	(56.621)	(55.939)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Correntes	(3.511)	-	(3.511)	(3.774)	-	(3.774)
Diferidos	(8.919)	-	(8.919)	(8.919)	-	(8.919)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(125.253)	(56.621)	(68.632)	(125.253)	(56.621)	(68.632)
PREJUÍZO ATRIBUÍVEL A:						
Acionistas controladores	(125.253)	(56.621)	(68.632)	(125.253)	(56.621)	(68.632)
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR:						
Ação preferencial	R\$ (3.51731)	R\$ (1.59002)	R\$ (1.92729)	R\$ (3.51731)	R\$ (1.59002)	R\$ (1.92729)
Ação ordinária	R\$ (3.19756)	R\$ (1.44547)	R\$ (1.75209)	R\$ (3.19756)	R\$ (1.44547)	R\$ (1.75209)

5.3 Reconciliação da demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais:						
Prejuízo do exercício	(125.253)	(56.621)	(68.632)	(125.253)	(56.621)	(68.632)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa proveniente das operações:						
Depreciação	24.408	-	24.408	24.408	-	24.408
Variações monetárias/juros	(58.599)	15.547	(74.146)	(58.599)	15.547	(74.146)
Déficit (Superávit) técnico atuarial - FUNDAÇÃO CESP	(27.782)	(27.782)	-	(27.782)	(27.782)	-
Ganho (Perda) atuarial - CPC 33 (R1)	68.606	68.606	-	68.606	68.606	-
Teste de recuperabilidade dos ativos - CPC 01	105.366	-	105.366	105.366	-	105.366
Ganho indenização Usina Porto Góes	(8.248)	-	(8.248)	(8.248)	-	(8.248)
Ganho na alienação de bens e direitos	(24.609)	-	(24.609)	(24.609)	-	(24.609)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.919	-	8.919	8.919	-	8.919
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	3.329	-	3.329	3.329	-	3.329
Constituição (Reversão) de provisão para custos socioambientais	32.833	-	32.833	32.833	-	32.833
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	5.632	-	5.632	5.632	-	5.632
Reversão de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	(12.808)	-	(12.808)	(12.808)	-	(12.808)
Outras Provisões	(4.360)	-	(4.360)	(4.360)	-	(4.360)
Receita de equivalência patrimonial	(582)	-	(582)	-	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:						
Contas a receber de revendedores	(1.238)	-	(1.238)	(1.238)	-	(1.238)
Contas a receber de consumidores	111	-	111	111	-	111
Energia de curto prazo - CCEE	4.258	-	4.258	4.258	-	4.258
Valores a receber - DAEE	(28.473)	-	(28.473)	(28.473)	-	(28.473)
Tributos e contribuições compensáveis	(7.919)	-	(7.919)	(7.999)	-	(7.999)
Estoques	519	-	519	519	-	519
Adiantamento a fornecedores	(1.075)	-	(1.075)	(1.075)	-	(1.075)
Despesas antecipadas	131	-	131	131	-	131
Outros créditos	1.133	-	1.133	950	-	950
Cauções e depósitos vinculados	(18.310)	-	(18.310)	(18.310)	-	(18.310)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:						
Fornecedores	(5.114)	-	(5.114)	(1.946)	-	(1.946)
Folha de pagamento	(1.089)	-	(1.089)	(1.089)	-	(1.089)
Obrigações estimadas - folha de pagamento	(805)	-	(805)	(805)	-	(805)
Tributos e contribuições sociais	(3.471)	-	(3.471)	(3.332)	-	(3.332)
Entidade de previdência a empregados	(16.507)	250	(16.757)	(16.507)	250	(16.757)
Taxas regulamentares	656	-	656	656	-	656
Encargos de uso da rede elétrica	351	-	351	351	-	351
Compra de energia elétrica - CCEE	1.419	-	1.419	1.419	-	1.419
Depósitos vinculados	(39.128)	-	(39.128)	(39.128)	-	(39.128)
Outros passivos	8.462	-	8.462	8.462	-	8.462
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(119.237)	-	(119.237)	(115.611)	-	(115.611)
Juros pagos	(334)	-	(334)	(334)	-	(334)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(119.571)	-	(119.571)	(115.945)	-	(115.945)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:						
Recebimento pela alienação de bens e direitos	27.719	-	27.719	27.719	-	27.719
Recebimento pela UTE Piratininga	56.908	-	56.908	56.908	-	56.908
Aumento de capital em controlada	(11.788)	-	(11.788)	-	-	-
Adições ao imobilizado	(76.392)	-	(76.392)	(89.951)	-	(89.951)
Baixas no ativo imobilizado	74.454	-	74.454	74.454	-	74.454
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	70.901	-	70.901	69.130	-	69.130
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:						
Amortização de empréstimos (principal) - FIDC	(8.509)	-	(8.509)	(8.509)	-	(8.509)
Empréstimos e financiamentos	29.893	-	29.893	29.893	-	29.893
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	21.384	-	21.384	21.384	-	21.384
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(27.286)	-	(27.286)	(25.431)	-	(25.431)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	69.702	-	69.702	81.933	-	81.933
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	42.416	-	42.416	56.502	-	56.502
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(27.286)	-	(27.286)	(25.431)	-	(25.431)

5.4 Reconciliação da demonstração do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Receitas						
Receitas operacionais	206.391	-	206.391	206.391	-	206.391
Outras receitas	32.503	-	32.503	32.503	-	32.503
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa - constituição	(3.329)	-	(3.329)	(3.329)	-	(3.329)
Receitas relativas à construção de ativos próprios	76.392	-	76.392	76.392	-	76.392
	311.957	-	311.957	311.957	-	311.957
Menos:						
Insumos						
Energia de curto prazo - CCEE	6.020	-	6.020	6.020	-	6.020
Energia elétrica comprada para revenda	3.300	-	3.300	3.300	-	3.300
Encargos de uso da rede elétrica	4.016	-	4.016	4.016	-	4.016
Serviços de terceiros	94.950	-	94.950	94.973	-	94.973
Materiais	20.487	-	20.487	20.487	-	20.487
Outros custos operacionais	31.599	-	31.599	31.599	-	31.599
	160.372	-	160.372	160.395	-	160.395
VALOR ADICIONADO BRUTO	151.585	-	151.585	151.562	-	151.562
TESTE DE RECUPERABILIDADE DE ATIVOS - CPC 01	(105.366)	-	(105.366)	(105.366)	-	(105.366)
DEPRECIACÃO	(24.408)	-	(24.408)	(24.408)	-	(24.408)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	21.811	-	21.811	21.788	-	21.788
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA						
Receitas financeiras	35.202	-	35.202	36.118	-	36.118
Equivalência patrimonial	582	-	582	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(8.919)	-	(8.919)	(8.919)	-	(8.919)
	26.865	-	26.865	27.199	-	27.199
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	48.676	-	48.676	48.987	-	48.987
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Pessoal:						
Remuneração do trabalho e benefícios (exceto INSS/FGTS)	83.858	2.723	81.135	83.858	2.723	81.135
F.G.T.S.	8.963	-	8.963	8.963	-	8.963
	92.821	2.723	90.098	92.821	2.723	90.098

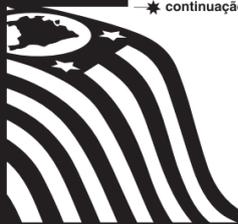
Impostos, taxas e contribuições:

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado	Originalmente divulgado	Ajustes do CPC 33 (R1)	Ajustado
Encargos setoriais:						
Quota para reserva global de reversão - RGR	4.225	-	4.225	4.225	-	4.225
Compensação financeira p/ utilização de recursos hídricos	6.829	-	6.829	6.829	-	6.829
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica	509	-	509	509	-	509
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.641	-	1.641	1.641	-	1.641
	13.204	-	13.204	13.204	-	13.204
Federais:						
Imposto de renda e contribuição social	3.511	-	3.511	3.774	-	3.774
COFINS/PIS	23.227	-	23.227	23.227	-	23.227
INSS	13.832	-	13.832	13.832	-	13.832
	40.570	-	40.570	40.833	-	40.833
Estaduais:						
ICMS	1.568	-	1.568	1.568	-	1.568
	1.568	-	1.568	1.568	-	1.568
Municipais:						
ISS	1.221	-	1.221	1.221	-	1.221
IPTU	6.346	-	6.346	6.346	-	6.346
	7.567	-	7.567	7.567	-	7.567
	62.909	-	62.909	63.172	-	63.172
Remuneração de capitais de terceiros:						
Juros e encargos de dívidas	1.682	-	1.682	1.730	-	1.730
Variações monetárias líquidas	15.704	53.898	(38.194)	15.704	53.898	(38.194)
Arrendamentos e aluguéis	813	-	813	813	-	813
	18.199	53.898	(35.699)	18.247	53.898	(35.651)
Remuneração de capitais próprios:						
Prejuízo do exercício	(125.253)	(56.621)	(68.632)	(125.253)	(56.621)	(68.632)
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	48.676	-	48.676	48.987	-	48.987

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2012	31.12.12	01.01.12	31.12.13	31.12.12	01.01.12
Caixa e bancos conta movimento	93	4.805	373	93	4.805	373
Aplicações financeiras (a)	61.975	37.611	69.329	80.615	51.697	81.560
	62.068	42.416	69.702	80.708	56.502	81.933

(a) A Empresa aplica sua disponibilidade em Fundos de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou 7,6429



EMAЕ - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.com.br



Secretaria de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrativo de conciliação dos valores do arrendamento:

Table with columns for Controladora e Consolidado and rows for Valor nominal do contrato, Receita financeira não realizada, etc.

Table with columns for Taxas anuais médias de Depreciação, Saldo em 01.01.12, Saldo em 31.12.12, etc.

17. OUTROS CRÉDITOS

Table with columns for Controladora and Consolidado, rows for Circulante, De 2014, Não circulante, etc.

- 1 - Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento...
2 - Referem-se a créditos decorrentes de serviços de manutenção nas Barragens Móvel e Penha...
3 - Referem-se a créditos decorrentes de serviços de adequação da calha do Rio Pinheiros...
4 - Referem-se a créditos decorrentes de serviços de operação e manutenção na UTE Nova Piratininga...
5 - Referem-se a créditos a receber decorrentes de alugueis, adiantamentos a empregados e outros devedores.

18. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Para fazer face das eventuais perdas na realização de créditos, a EMAE constituiu provisão de R\$ 13.371 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 8.600 em 2012).

Table with columns for Controladora and Consolidado, rows for Provisão para créditos de liquidação duvidosa, RUBRICA, Aluguéis (a), etc.

- (a) Aluguel de imóvel à terceiros;
(b) Recuperação judicial da Distribuidora CELPA (pago 11 das 60 parcelas, referente à liquidação das faturas do CCEAR de janeiro e fevereiro de 2012);
(c) Empregados cedidos, passíveis de reembolso (em negociação);
(d) Multas aplicadas a fornecedores por descumprimento de cláusulas contratuais (cobrança judicial);
(e) Valores determinados pela ANEEL da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, a serem ressarcidos por distribuidoras para cobrir gastos ocorridos durante o apagão de 2001 com energia térmica (pagamento "sub-judice").

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

19.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

Table with columns for Controladora and Consolidado, rows for Imposto de Renda, Contribuição Social, Lucro (prejuízo) antes dos impostos e contribuições, etc.

19.2 Composição dos saldos - Parte B do LALUR - Livro de Apuração do Lucro Real:

Table with columns for ATIVO and PASSIVO, rows for Imposto de Renda, Contribuição Social, Provisão para créditos tributários, etc.

- (a) Refere-se ao registro, até o exercício de 2012, de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis sobre a base negativa da contribuição social;
(b) Referem-se aos saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios de 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013;
(c) Refere-se ao registro de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis;
(d) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 16);
(e) Refere-se à provisão para créditos tributários sobre prejuízos fiscais (item b) e diferenças temporariamente indedutíveis (itens a e c).

20. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Table with columns for Controladora and Consolidado, rows for Circulante, Depósitos vinculados (a), Não circulante, Depósitos judiciais (b), Cauções em quotas subordinadas - FIDC (c).

- a) Refere-se a diversos depósitos remunerados, sendo R\$ 7.619 (R\$ 22.847 em 2012) de recursos decorrentes da alienação de bens e direitos, que serão utilizados para investimento no serviço concedido e R\$ 17.676 (R\$ 8.364 em 2012) de outros depósitos vinculados;
b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas à esses depósitos judiciais;
c) Refere-se a crédito caucionado equivalente a 3 quotas, pertencentes à EMAE, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, que foram resgatadas em 06/07/2012 no vencimento da última parcela, concomitantemente à liquidação do Fundo.

21. IMOBILIZADO

É composto como segue:

Table with columns for Controladora and Consolidado, rows for Em serviço, Terrenos, Reservatórios, Barragens e Adutoras, Edificações, Obras Cíveis e Benefeitorias, Máquinas e Equipamentos, Veículos, Móveis e Utensílios, etc.

Table with columns for Taxas anuais médias de Depreciação, Saldo em 01.01.12, Saldo em 31.12.12, etc.

21.1 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração de energia elétrica da EMAE remontam à primeira metade do século passado, tendo sido originariamente concedidas a então São Paulo Tramway Light and Power, posteriormente transformada na Light Serviços de Eletricidade S.A. Em 1981, quando da constituição da antiga Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., os bens pertencentes ao subsistema São Paulo da Light passaram por processo de renovação de concessão, concluído em 1982.

Table with columns for Usina Hidrelétrica, Potência Instalada (MW), TEIF (%), IP (%), TOTAL [1-(1-TEIF)*(1-IP)], N° de Unidades Geradoras, Localização (Rio/Município/UF), Atos (Concessão, Prorrogação), Termo Final da Concessão.

* Usinas não despachadas centralizadamente.

21.2 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A EMAE em decorrência de reestruturação realizada, com impacto na redução de custos e consequente melhora no fluxo de caixa esperado para os próximos anos, além das variações exógenas com impacto na taxa de desconto a ser utilizada, efetuou, por meio de consultoria especializada, estudos para avaliar a capacidade de recuperação de seus ativos registrados em suas operações futuras.

Table with columns for UGC, Ativos Líquidos ao Final de 2013, Testes de Recuperabilidade Anteriores, Valor dos Ativos Testados - A, Fluxo de Caixa Futuro - B, Ativos + VP FI.Cx Futuro C=(A+B).

Os resultados obtidos no teste de recuperabilidade, no exercício de 2013, foram:
Os principais pontos considerados para o resultado apresentado são:

- As receitas esperadas das UGC's Rasgão, Porto Góes e Complexo Henry Borden em valor constante até 2042, de acordo com estabelecido no contrato de concessão;
Recitas do arrendamento da Usina Termoelétrica de Piratininga e de prestação de serviços de Operação e Manutenção das Termoelétricas para a Baixada Santista Energia S.A. - BSE até o ano de 2024;
Os custos, refletindo ações administrativas efetuadas em 2013 e em andamento, foram mantidos constantes, com exceção de ajustes decorrentes da diminuição ainda a ocorrer na folha de pagamento por aposentadorias, da redução de custos a partir de 2025 referente ao término do contrato de arrendamento e de serviços prestados à BSE e de reduções adicionais esperados de 4% dos custos para os anos de 2014 e 2015;
Ativos testados estão líquidos dos valores passíveis de ressarcimento pelo Poder Concedente;
Taxa de desconto de 6,32%, obtido do custo médio ponderado de capital real contemplando o recente aumento na taxa livre de risco.

22. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS - FOLHA DE PAGAMENTO

Table with columns for Circulante, Provisão de férias e gratificação de férias, Encargos sociais sobre férias, Controladora e Consolidado.

23. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Table with columns for Circulante, Cofins s/receitas, PIS s/receitas, ICMS s/receita de fornecimento de energia, Encargos sociais s/folha de pagamento - empresa, Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher (1), IPTU - REFIS (2), ITR - Parcelamento Lei 11.941/2009 (3), Outros, Não circulante, IPTU - REFIS (2).

- (1) Refere-se a saldo de imposto de renda e contribuição social contabilizados em dezembro de 2013 e pagos em janeiro de 2014;
(2) Refere-se a saldo de parcelamento de IPTU com a Prefeitura do Município de Rio Grande da Serra, com amortização em 100 parcelas mensais, a partir de fevereiro de 2008;
(3) Refere-se a saldo de parcelamento de ITR com a União, com amortização em 36 parcelas mensais, a partir de novembro de 2009.

24. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - FIDC

Em 29 de maio de 2007, ocorreu o ingresso dos recursos do FIDC, no montante de R\$ 67 milhões, equivalente a 67 quotas seniores, com valor unitário de emissão de R\$ 1 milhão, lançado pela EMAE sob coordenação do Banco ABC Brasil S.A., com prazo de 5 anos, amortização mensal, corrigido pela variação da taxa do DI - Depósito Interfinanceiro da CETIP (Câmara de Custódia e Liquidação) e juros de 1,5% a.a. O saldo de R\$ 8.509 foi liquidado no exercício de 2012.

25. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se à Cessão de Direitos Creditórios do Instrumento de Reconhecimento de Obrigações firmado com o DAEE para a CESP (Nota 10), que no exercício de 2012 estava contabilizado no valor líquido a receber do DAEE. Em agosto de 2013 o empréstimo foi quitado e finalizado o direito creditício.

Em 8 de março de 2012 a Empresa Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000. Tal valor representa 80% do investimento para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). Durante o exercício de 2013 foi recebido o montante de R\$ 67.815 correspondente a 69% do total a receber.

26. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

Table with columns for Credor, Objeto, Circulante, Não circulante, Ajustes do CPC 33 (R1), Total, rows for FUNDAÇÃO CESP, Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, Ajuste CPC 33 (R1) (IAS 19).

A movimentação dos saldos de entidade de previdência a empregados em 2013 está representada por:

Table with columns for Controladora e consolidado, Ajustes do CPC 33 (R1), Ajustado, Saldo, Amortização, Despesa, CPC 33 (R1), Saldo, rows for 01.01.12, Saldo, 31.12.12.

No resultado: Plano BSPS, Plano BD, Plano CV.

26.1 Planos de Benefícios

A EMAE patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A FUNDAÇÃO CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela EMAE.

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, o referido plano foi reformulado, com o saldamento do plano até então vigente (BSPS) e a criação de um novo plano que tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a EMAE oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado, a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Empresa e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Empresa e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

26.2 Demonstração do Passivo a ser Registrado de Acordo com a CPC33 (R1)/IAS19

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes em 31 de dezembro, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33 (R1)/IAS 19, o passivo atuarial da EMAE é conforme segue:



EMAЕ - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.com.br



Secretaria de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

Table with 3 columns: Description, 31.12.13, 31.12.12. Rows include Taxa nominal utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial, Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano, etc.

b) Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi utilizado o método de reconhecimento integral e imediato. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

b1) Conciliação dos ativos e passivos

Table with 4 columns: Description, B.S.P.S 2013, B.S.P.S 2012, B.D 2013, B.D 2012. Rows include Total do passivo atuarial, Valor justo dos ativos (marcados a mercado), etc.

b2) Movimentação do passivo atuarial

Table with 4 columns: Description, B.S.P.S 2013, B.S.P.S 2012, B.D 2013, B.D 2012. Rows include Valor presente da obrigação atuarial total líquida, Custo do serviço corrente, etc.

b3) Movimentação do ativo do plano

Table with 4 columns: Description, B.S.P.S 2013, B.S.P.S 2012, B.D 2013, B.D 2012. Rows include Valor justo do ativo do plano, Contribuições de empresa para o plano, etc.

b4) Despesa estimada para:

Table with 4 columns: Description, B.S.P.S 2014, B.D 2014. Rows include Custos do serviço corrente, Juros sobre a obrigação atuarial, etc.

b5) Conciliação do passivo atuarial:

Table with 4 columns: Description, B.S.P.S 2013, B.S.P.S 2012, B.D 2013, B.D 2012. Rows include Valor líquido do passivo (ativo) atuarial total do início do ano, Despesa/(receita) reconhecida na Demonstração de Resultados, etc.

26.3 Equacionamento Financeiro dos Planos de Benefícios com a FUNDAÇÃO CESP

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a FUNDAÇÃO CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados em 1997, com intervenção da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possui cláusula variável, conforme segue:

a) Benefício Suplementar Proporcional Salgado - BSPS - R\$49.696

Refere-se a saldo de contrato de Ajuste das Reservas Matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a FUNDAÇÃO CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao "benefício suplementar proporcional salgado" - BSPS. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a.

Anualmente ao final de cada exercício o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS 19.

Em 31 de dezembro de 2013, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o valor do passivo registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS19, é decorrente da diferença de metodologias e premissas utilizadas entre a EMAE e a FUNDAÇÃO CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e serão ajustadas anualmente pelos seus efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

27. TAXAS REGULAMENTARES

Table with 4 columns: Description, Circulante, Não circulante, Controladora e Consolidado. Rows include Reserva Global de Reversão - RGR (1), Quota mensal, etc.

28. DEPÓSITOS VINCULADOS

O saldo apresentado em 2013 de R\$ 19.803 (R\$ 872 em 2012) refere-se ao repasse do Governo do Estado para execução dos serviços de adequação da calha do Rio Pinheiros, para atenuar o risco de cheias e para construção da Ciclovia Pomar Urbano.

29. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

Table with 4 columns: Description, Não circulante, Controladora e Consolidado. Rows include Compromissos socioambientais, Constituição com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, etc.

30. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Empresa responde por diversos processos e procedimentos administrativos perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, cível e tributária, advindos do curso normal de seus negócios. A Administração da EMAE, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

31. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se aos recursos derivados da Reserva Global para Reversão e Amortização constituída até 31 de dezembro de 1971, nos termos do Regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957), aplicados até aquela data na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre este saldo são calculados juros sobre RGR

Table with 8 columns: Natureza, 31.12.13, 31.12.12, 01.01.12, 31.12.13, 31.12.12, 01.01.12, 31.12.13, 01.01.12. Rows include Administrativo, Cível, Trabalhista, Tributária, etc.

Entre as provisões avaliadas como de risco possível, o montante mais relevante refere-se à processos de natureza trabalhistas que caracterizam-se por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou por processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

Diversas - Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados as quais requerem, em geral, o pagamento de horas extras, equiparação salarial, insalubridade e outras questões.

Cíveis - Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial. A Empresa figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A, em decorrência de despacho nº 288/2002 da ANEEL.

Depósitos judiciais - A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Em atendimento ao Pronunciamento CPC 25, os depósitos judiciais relacionados a determinadas provisões trabalhistas estão apresentados em conta do ativo não circulante.

Os riscos trabalhistas e cíveis em 31 de dezembro de 2013, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo as probabilidades de risco econômico-financeiro, como demonstrado a seguir:

Table with 8 columns: Natureza, 31.12.13, 31.12.12, 01.01.12, 31.12.13, 31.12.12, 01.01.12, 31.12.13, 01.01.12. Rows include Administrativo, Cível, Trabalhista, Tributária, etc.

Entre as provisões avaliadas como de risco possível, o montante mais relevante refere-se à processos de natureza trabalhistas que caracterizam-se por processos movidos pelos sindicatos que representam os empregados ou por processos individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

31. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se aos recursos derivados da Reserva Global para Reversão e Amortização constituída até 31 de dezembro de 1971, nos termos do Regulamento do Serviço Público de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957), aplicados até aquela data na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre este saldo são calculados juros sobre RGR

32. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A EMAE participa de transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

32.1 Compartilhamento das instalações das Sedes Administrativas EMAE/CESP

Em 31 de dezembro de 2013 a EMAE possui um saldo a receber de R\$ 644 (R\$ 382 em 2012) com a CESP, referente a aluguel dos imóveis da sede e despesas de condomínio.

32.2 Manutenção das Barragens Penha e Móvel - DAEE

Em 2013 foi faturado o valor de R\$ 145 pela prestação de serviços de manutenção nas barragens do DAEE.

32.3 Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações - DAEE

Em 31 de dezembro de 2013 a EMAE possui um saldo a receber de R\$ 25.223.

32.4 Compra de energia elétrica da CESP

Em 17 de janeiro de 2013, para cumprir compromissos firmados com consumidores livres e comercializadores de energia, a EMAE realizou leilão de compra de 80 MW médios de energia elétrica durante o ano de 2013. A CESP foi contratada pelo preço de R\$ 134,00/MWh. (R\$ 84.513).

32.5 Captações de água pela SABESP dos Reservatórios Guarapiranga e Billings

A EMAE é sucessora da Light, empresa responsável pela construção do Sistema Hidroenergético do Alto Tietê, do qual fazem parte os reservatórios Guarapiranga e Billings, ambos construídos com a finalidade de regularização de vazões para a geração de energia elétrica.

A captação de água desses reservatórios para abastecimento público teve início em 1928 e 1944, respectivamente, autorizadas pelo Decreto Estadual nº 4.487/28 e pelo Decreto Federal nº 15.696/44. Em 1958 foi celebrado um Termo de Acordo entre Light e o então Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo, antecessora da SABESP, elevando a vazão captada e prevendo as formas de compensação à empresa de energia decorrentes da perda energética. O Termo de Acordo estabelecia, também, que eventuais divergências entre as partes deveriam ser submetidas à arbitragem. Posteriormente, por outros instrumentos legais, as vazões captadas foram sendo sucessivamente aumentadas, sempre condicionadas, porém, à devida compensação financeira.

No mesmo sentido segue a regulamentação da indústria hidroelétrica. Tanto o Código de Águas (Decreto Federal nº 24.643/34), como os Serviços de Energia Elétrica (Decreto Federal nº 41.019/57), obriga o concessionário a reservar uma fração da descarga d'água, ou a energia correspondente a uma fração da potência concedida, em proveito dos serviços públicos da União, dos Estados ou dos Municípios para a finalidade de abastecimento, mediante ressarcimento à concessionária de serviços públicos de geração de energia.

Nesse sentido, várias tentativas de cobrança foram realizadas pela EMAE ao longo dos últimos anos visando ao estabelecimento de acordo administrativo junto à empresa de abastecimento público de água para o ressarcimento de parte do custo de operação e manutenção dos reservatórios, assim como da perda na produção de energia elétrica na Usina de Henry Borden, da ordem de 101 MW médios, causada pela retirada da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga.

Em setembro de 2012, devido ao impasse com a SABESP relacionado a esses fatos, a EMAE solicitou à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo o encaminhamento do assunto para a análise do CODEC - Conselho de Defesa de Capitais do Estado de São Paulo, o qual, em sua manifestação, entendeu que a controvérsia poderia ser objeto de arbitragem, por envolver direitos patrimoniais disponíveis, nos termos da Lei 9.309, de 23/09/1996.

Na 244ª Reunião do Conselho de Administração da EMAE, realizada em 22/03/2012, deliberou-se pela notificação do Conselho de Administração da SABESP, por meio de seu Presidente, para que o referido impasse fosse submetido à arbitragem ou outro meio legítimo de solução entre as partes.

Em 16/04/2012, o Presidente do Conselho de Administração da EMAE encaminhou a notificação ao Presidente do Conselho de Administração da SABESP solicitando aos membros deste Conselho a deliberação sobre o assunto visando ao a celebração de Acordo para o ressarcimento das retiradas de água ou a submissão da questão a árbitros nomeados com a finalidade de apresentar a solução do impasse, concedendo o prazo de 60 (sessenta) dias para a resposta, a partir do qual a notificante estaria liberada para tomar as medidas que entendessem cabíveis a tal desiderato.

Em 21/05/2012, a Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo - SABESP contra notificou a Companhia alegando, em síntese, que (a) as retiradas de águas dos reservatórios pertencentes à EMAE estariam sustentadas em outorgadas deferidas pelo Departamento de Águas e Energia do Estado de São Paulo - DAEE; (b) a legislação brasileira prestigia o abastecimento público; (c) a regulação do setor de energia é flexível no tocante a tais retiradas; (d) a criação da EMAE se deu em regime de restrição ao bombeamento de água para o reservatório Billings; (e) as ações da EMAE na Bolsa de Valores já refletiram tais restrições, o que afastaria o fundamento jurídico apontado por acionistas dessa Companhia em reclamação apresentada à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e, por fim, que (f) os pedidos de ressarcimento da EMAE não procederiam, uma vez que as captações são realizadas dentro dos limites das outorgas conferidas pelo DAEE.

Diante da persistência do impasse caracterizada pela frustração da última tentativa administrativa de sua solução amigável, a EMAE propôs a medida cautelar de protesto interruptivo da prescrição em face da SABESP e do DAEE, referente à compensação financeira pela captação de água, distribuída à 8ª Vara da Fazenda Pública da Capital do Estado de São Paulo, sob o nº 0046292-64.2012.8.26.0053; e medida semelhante em face da SABESP e do Estado de São Paulo, no que se refere à interrupção do bombeamento, distribuída à 5ª Vara da Fazenda Pública, sob o nº 0046291-79.2012.8.26.0053.

Em 14/11/2012, a EMAE propôs a ação de instituição de compromisso arbitral, com fundamento em Termo de Acordo celebrado com a empresa antecessora da SABESP, distribuída à 5ª Vara Cível Central, sob o nº 0064069-18.2012.8.26.0100, cuja sentença foi publicada em 28/02/2013, julgando procedente o pedido da EMAE e determinando providências para o imediato início da arbitragem e nomeando o árbitro que irá julgar o procedimento arbitral a ser instaurado, seguindo as regras de procedimento e remuneração de árbitro previstas no Estatuto do Centro de Arbitragem AMCHAM.

Em 07/03/2013, a EMAE recolheu a taxa de registro do pedido de arbitragem para apresentar o requerimento de instauração da arbitragem perante a AMCHAM e manifestar-se favoravelmente em relação ao árbitro indicado nos termos da sentença proferida na ação que move contra a SABESP.

Em 30/04/2013, a EMAE apresentou requerimento de instituição de arbitragem junto ao Centro de Arbitragem AMCHAM.

Em 05/07/2013, a 38ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, por seu relator, deferiu o pedido de efeito suspensivo até o julgamento definitivo do recurso de Agravo de Instrumento interposto pela SABESP contra a decisão que havia recebido seu recurso de apelação sem efeito suspensivo, distribuído sob o número 0129811-62.2013.8.26.0000AI, com fundamento no inciso III do artigo 527 do CPC.

Em 31/07/2013, a AMCHAM comunicou a EMAE da suspensão do procedimento arbitral até a publicação da decisão final do Agravo de Instrumento interposto pela SABESP.

Em 04/09/2013, a EMAE protocolizou a petição inicial da ação de cobrança das perdas financeiras relacionadas às retiradas de água pela SABESP do reservatório Billings ("Ação Billings"), autuada sob o nº 1064876-84.2013.8.26.0100 e distribuída à 6ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo - SP.

Em 07/10/2013, considerando haver identidade entre o processo distribuído à 6ª Vara do Fórum Central com o processo de nº 0064069-18.2012.8.26.0100, em tramite pela 5ª Vara Cível desse mesmo Fórum, o Juiz daquela Vara remeteu os autos ao Cartório do Distribuidor para as providências de redistribuição do feito a 5ª Vara Cível.

Em 18/10/2013, a 36ª Câmara de Direito Privado, por seu relator, proferiu decisão concedendo o efeito suspensivo à decisão do juiz da 6ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo de remeter o processo referente à Ação Billings à 5ª Vara Cível do mesmo Fórum, até o julgamento final do Agravo de Instrumento nº 2034038-53.2013.8.26.0000, da SABESP.

Em 23/10/2013, por meio do Acórdão nº 2013.0000651986, foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto pela SABESP para dar efeito suspensivo à apelação da ação de instituição de compromisso arbitral.

A assinatura do Termo de Arbitragem no Centro de Arbitragem AMCHAM Brasil ocorreu em 29/11/2013.

Em 12/12/2013, o Tribunal de Justiça de São Paulo deu provimento ao Agravo de Instrumento interposto pela SABESP contra a decisão que determinou a redistribuição dos autos da Ação de Billings para a 5ª Vara Cível. Entendeu-se não haver conexão, de modo que o processo deverá ter prosseguimento perante o juízo da 6ª Vara Cível do Foro Central.

Aguarda-se o prosseguimento da demanda perante a 6ª Vara Cível com a eventual determinação de nova data de audiência para designação da perícia, a apreciação do pedido de antecipação de tutela da EMAE e a abertura de prazo para réplica da EMAE.

32.6 Remuneração do pessoal-chave da administração

A Empresa possui partes relacionadas com as seguintes entidades: CESP - Companhia Energética de São Paulo; DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica; e SABESP - Serviço de Abastecimento do Estado de São Paulo, das quais, da administração, vinculam-se as seguintes pessoas-chaves:

Table with 3 columns: Descrição, CESP, DAEE. Rows include Benefícios de curto prazo, Benefícios pós-emprego, etc.

Obs.: N.A. (não aplicável)

33. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

33.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Os principais acionistas em 31 de dezembro de 2013 são:

Table with 6 columns: Descrição, Ordinárias, %, Preferenciais, %, Total, %. Rows include Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas, Companhia do Metropolitanano de São Paulo - METRÔ, Centrais Elétricas Brasileiras S/A, etc.

33.2 Direitos das Ações

Do lucro líquido ajustado na forma da lei, será distribuído um dividendo de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), assegurando às ações preferenciais a vantagem de percepção de dividendos de 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

As ações preferenciais tem:

- prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;
• direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; e
• direito de eleger e destituir um membro do Conselho de Administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da assembléia geral.

33.3 Proposta de destinação

Table with 2 columns: Descrição, 2013. Rows include Lucro líquido do exercício, Prejuízos acumulados, Reserva Legal 5%, etc.

33.4 Dividendo por ação

A nota a seguir estabelece o cálculo de dividendos por ação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (em milhares, exceto valor por ação):

Table with 2 columns: Descrição, 2013. Rows include Dividendo líquido do exercício, Dividendo disponível aos acionistas ordinários, Dividendo disponível aos acionistas preferenciais, etc.

33.5 Lucro (Prejuízo) por ação

A nota a seguir estabelece o cálculo de lucros (prejuízos) por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares, exceto valor por ação):

Table with 3 columns: Descrição, R\$ 2013, R\$ 2012. Rows include Lucro líquido (prejuízo) do exercício, Número de ações ordinárias, Número de ações preferenciais, etc.



EMA E - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.com.br



Secretaria de Energia

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

34. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

34.1 Conciliação da receita operacional líquida

Em atendimento às exigências do CPC 30 (R1) (Receita) segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Entidade na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Entidade deva apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.13	31.12.12
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia.....	19.294	27.293
Receita com energia.....	117.360	-
Suprimento de energia - leilão.....	-	106.421
Suprimento de energia - comercializadores.....	57.703	8.402
Energia de curto prazo - CCEE.....	3.605	29.298
Renda da prestação de serviços.....	21.874	24.548
Outras receitas.....	3.120	10.429
	<u>222.956</u>	<u>206.391</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para reserva global de reversão - RGR.....	(641)	(4.225)
COFINS sobre receitas operacionais.....	(21.821)	(19.084)
PIS sobre receitas operacionais.....	(4.737)	(4.143)
ICMS sobre receitas operacionais.....	(73)	(1.568)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(934)	(1.221)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(1.916)	(1.641)
	<u>(30.122)</u>	<u>(31.882)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>192.834</u>	<u>174.509</u>

34.2 Contratos de Cotas de Garantia Física e Potência e Atualização de Tarifas

A partir de janeiro de 2013, toda garantia física e potência das usinas da EMAE passou a ser alocada em regime de cotas às distribuidoras de energia elétrica, em decorrência das alterações introduzidas no modelo setorial por meio da Medida Provisória - MP 579/2012, convertida na lei nº 12.783 de 11/01/2013, e de legislações e regulamentações posteriores. A remuneração pela alocação da disponibilidade total de cada usina passou a ser por tarifa, vinculada a Receita Anual de Geração - RAG estabelecida por usina, e que agrega os encargos setoriais e tributos.

Os correspondentes Contratos de Cotas de Garantia Física e Potência, a serem firmados com todas as Distribuidoras e conforme aditivo ao Contrato de Concessão, firmado em 4/12/2012, serão reajustados pelo IPCA, anualmente no dia 1º de julho e a tarifa

35. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

35.1 - Controladora

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Despesas gerais e administrativas		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Energia de curto prazo - CCEE.....	-	(6.020)	-	-	-	-	-	-	-	(6.020)
Energia elétrica comprada para revenda.....	(84.513)	(3.300)	-	-	-	-	-	-	(84.513)	(3.300)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(2.946)	(4.016)	-	-	-	-	-	-	(2.946)	(4.016)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(5.907)	(6.829)	-	-	-	-	-	-	(5.907)	(6.829)
Pessoal.....	(81.650)	(81.427)	(1.011)	(1.448)	(18.671)	(18.698)	-	-	(101.332)	(101.573)
Administradores.....	-	-	-	-	(2.506)	(1.830)	-	-	(2.506)	(1.830)
Material.....	(5.118)	(3.832)	(214)	-	(676)	(993)	-	-	(6.008)	(4.825)
Serviço de terceiros.....	(20.256)	(22.887)	(48)	-	(15.756)	(11.862)	-	-	(36.060)	(34.749)
Depreciação.....	(18.887)	(23.220)	-	-	(974)	(1.188)	-	-	(19.861)	(24.408)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	-	-	(460)	(509)	-	-	(460)	(509)
Arrendamentos e aluguéis.....	-	-	-	-	(760)	(813)	-	-	(760)	(813)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(7.837)	(5.633)	-	-	-	-	-	-	(7.837)	(5.633)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários.....	4.328	12.809	-	-	-	-	-	-	4.328	12.809
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	-	-	(4.771)	(3.329)	-	-	(4.771)	(3.329)
Provisão para riscos socioambientais.....	-	(32.833)	-	-	-	-	-	-	-	(32.833)
Rev. Provisão para riscos socioambientais.....	32.833	-	-	-	-	-	-	-	32.833	-
Teste de recuperabilidade de ativos CPC 01.....	-	-	-	-	-	-	41.903	(105.366)	41.903	(105.366)
Indenização Usina Porto Góes.....	-	-	-	-	-	-	-	8.248	-	8.248
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	-	-	3.664	24.620	3.664	24.620
Receita de equivalência patrimonial.....	-	-	-	-	-	-	976	582	976	582
Outras.....	1.296	(12.285)	-	-	-	(366)	(33)	-	1.263	(12.651)
Total	(188.657)	(189.473)	(1.273)	(1.448)	(44.574)	(39.588)	46.510	(71.916)	(187.994)	(302.425)

35.2 - Consolidado

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Despesas gerais e administrativas		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12	31.12.13	31.12.12
Energia de curto prazo - CCEE.....	-	(6.020)	-	-	-	-	-	-	-	(6.020)
Energia elétrica comprada para revenda.....	(84.513)	(3.300)	-	-	-	-	-	-	(84.513)	(3.300)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(2.946)	(4.016)	-	-	-	-	-	-	(2.946)	(4.016)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(5.907)	(6.829)	-	-	-	-	-	-	(5.907)	(6.829)
Pessoal.....	(81.650)	(81.427)	(1.011)	(1.448)	(18.671)	(18.698)	-	-	(101.332)	(101.573)
Administradores.....	-	-	-	-	(2.506)	(1.830)	-	-	(2.506)	(1.830)
Material.....	(5.118)	(3.832)	(214)	-	(676)	(993)	-	-	(6.008)	(4.825)
Serviço de terceiros.....	(20.267)	(22.887)	(48)	(23)	(15.756)	(11.862)	-	-	(36.071)	(34.772)
Depreciação.....	(18.887)	(23.220)	-	-	(974)	(1.188)	-	-	(19.861)	(24.408)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	-	-	(460)	(509)	-	-	(460)	(509)
Arrendamentos e aluguéis.....	-	-	-	-	(760)	(813)	-	-	(760)	(813)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	(7.837)	(5.633)	-	-	-	-	-	-	(7.837)	(5.633)
Rev. de Provisão para riscos trab., cíveis e tributários.....	4.328	12.809	-	-	-	-	-	-	4.328	12.809
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	-	-	(4.771)	(3.329)	-	-	(4.771)	(3.329)
Provisão para riscos socioambientais.....	-	(32.833)	-	-	-	-	-	-	-	(32.833)
Rev. Provisão para riscos socioambientais.....	32.833	-	-	-	-	-	-	-	32.833	-
Teste de recuperabilidade de ativos CPC 01.....	-	-	-	-	-	-	41.903	(105.366)	41.903	(105.366)
Indenização Usina Porto Góes.....	-	-	-	-	-	-	-	8.248	-	8.248
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	-	-	3.664	24.620	3.664	24.620
Receita de equivalência patrimonial.....	-	-	-	-	-	-	60	-	1.236	(12.651)
Outras.....	1.296	(12.285)	-	-	-	(366)	(60)	-	1.236	(12.651)
Total	(188.668)	(189.473)	(1.273)	(1.471)	(44.574)	(39.588)	45.507	(72.498)	(189.008)	(303.030)

35.3 Energia Elétrica Comprada no Curto Prazo e Encargos da Rede

	Controladora e Consolidado	
	31.12.13	31.12.12
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE		
Energia de curto prazo e rateio (energia comprada para revenda) (1).....	-	6.020
Uso da Rede Elétrica		
Custo de uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD (2).....	2.946	4.016
(1) Inclui os valores de faturamento e fechamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, decorrentes de aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país.		
(2) Refere-se ao custo pelo uso do sistema de transmissão e distribuição - CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 670 e 671, de 24 de junho de 2008.		

36. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	6.260	3.458	7.748	4.374
Atualização de valores a receber - DAEE.....	2.593	-	2.593	-
Atualização do arrendamento UTE Piratininga.....	29.180	30.528	29.180	30.528
Atualização de quotas subordinadas FIDC.....	-	31	-	31
Juros sobre alienação de bens e direitos.....	34	1.107	34	1.107
Outras.....	35	78	35	78
	<u>38.102</u>	<u>35.202</u>	<u>39.590</u>	<u>36.118</u>
Despesas				
Juros.....	(461)	(27)	(469)	(27)
Outras:				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(23)	(511)	(23)	(559)
Atualização selic sobre projetos P&D.....	(357)	(308)	(357)	(308)
Juros sobre RGR.....	(810)	(810)	(810)	(810)
Outras.....	-	(26)	-	(26)
	<u>(1.651)</u>	<u>(1.682)</u>	<u>(1.659)</u>	<u>(1.730)</u>
Variações Monetárias				
Variações monetárias ativas.....	42.048	74.506	42.048	74.506
Variações monetárias passivas.....	(20.262)	(36.312)	(20.262)	(36.312)
	<u>21.786</u>	<u>38.194</u>	<u>21.786</u>	<u>38.194</u>
	<u>58.237</u>	<u>71.714</u>	<u>59.717</u>	<u>72.582</u>

Os valores de entidade de previdência a empregados referentes a 31/12/2012 e de 2013 foram reclassificados para Variações Monetárias por se tratarem de atualizações sobre o saldo credor do plano previdenciário.

37. SEGUROS

A Administração da Empresa mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segura	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (1).....	09.04.2013	09.04.2014	2.500	157
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (2).....	08.02.2013	08.02.2014	3.000	94
Responsabilidade Civil Geral - Danos Causados por Embarcações (3).....	28.11.2013	28.11.2014	324	2
			<u>5.824</u>	<u>253</u>

- Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela empresa a terceiros.
- Referem-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração.
- Referem-se a seguro obrigatório para cobrir danos materiais e pessoais causados a terceiros pela operação das embarcações.

38. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A atividade da Empresa compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

(a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Empresa não apresentava saldo de ativo ou passivo em moeda estrangeira.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Empresa foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária, e em 31 de dezembro de 2013 estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos de taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras sofrer modificações de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável, para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente no prazo de um ano.

passará por revisões a cada 5 anos, conforme regulamentação específica a ser definida pela ANEEL.

34.3 Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL

No período findo em 31 de dezembro de 2013 o fornecimento para consumidores livres e o suprimento para comercializadoras de energia, resultou em um faturamento de R\$ 19,3 milhões (R\$ 27,2 milhões no mesmo período em 2012) e R\$ 57,7 milhões (R\$ 8,4 milhões no mesmo período em 2012), respectivamente. Para garantir tais contratos foi promovido leilões de compra de energia elétrica, sendo que para este ano, a energia objeto da venda vem sendo adquirida da CESP - Cia. Energética de São Paulo.

34.4 Energia Elétrica Vendida

	Controladora e Consolidado			
	MWh (*)		R\$ mil	
	2013	2012	2013	2012
Fornecimento (1)				
Fornecimento de energia para consumidores livres.....	103.391	163.980	19.294	27.293
Cotas de Garantia Física				
Cotas de energia elétrica.....	1.310.299	-	117.360	-
Suprimento				
Energia de leilão.....	-	1.105.396	-	106.421
Agentes comercializadores.....	586.920	85.695	57.703	8.402
	<u>586.920</u>	<u>1.191.091</u>	<u>57.703</u>	<u>114.823</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (2)				
Energia de curto prazo.....	-	-	3.605	29.298
Total	<u>2.000.610</u>	<u>1.355.071</u>	<u>197.962</u>	<u>171.414</u>

- Classificam-se como "fornecimento" as operações de venda a consumidores finais, mediante contratos denominados "bilaterais", estabelecidos entre as partes, que regulam as condições de fornecimento, inclusive preços e formas de seu reajuste;
- Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

(*) Quantidades não auditadas pelos Auditores Independentes.

34.5 Renda da prestação de serviços

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
DAEE (Barragem Móvel Penha).....	145	4.534
Petrobras (UTE's).....	19.142	17.115
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	2.250	2.788
CTEEP (Subestação Piratininga).....	-	27
Outros serviços.....	337	84
	<u>21.874</u>	<u>24.548</u>

	Custos de operação		Custos do serviço prestado a terceiros		Despesas gerais e administrativas		Outras receitas e despesas		TOTAL	
	31.12.13	31.								



EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

CNPJ 02.302.101/0001-42 - Empresa Aberta
http://www.emae.com.br



Secretaria de Energia

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., dando cumprimento ao estabelecido nos incisos II, III, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 e alterações subsequentes, *examinou as Demonstrações Contábeis da Companhia, relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2013*, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Relatório dos Auditores Independentes, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório Anual da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do Exercício.

Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos adicionais prestados pela Diretoria, na aprovação pelo Conselho de

Administração e no Relatório dos Auditores Independentes, observadas as ênfases do referido Relatório, este Conselho é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas. É o Parecer.

São Paulo, 20 de março de 2014

Alexandre Modonezi de Andrade
Mary-Annie Cairns Guerrero

Deraldo de Souza Mesquita Junior
Sílvia Mara Correia

Tzung Shei Ue

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da EMAE

do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da UHY Moreira Auditores, relativamente às Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE SÃO PAULO - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da **EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da **EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, as demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Continuidade normal das operações

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Empresa. A Empresa, eliminando os ganhos extraordinários apurados em 2008 (venda de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e operação de arrendamento), sofreu contínuos prejuízos operacionais, o que poderá impactar na normalidade de suas operações. A Administração da Empresa tem avaliado os impactos econômico-financeiros sobre seus negócios, resultantes das alterações introduzidas pelo Modelo Setorial implementado a partir de 2004, e as experiências com os leilões de energia. Como resultado dessa avaliação, a Administração entende que serão necessárias outras medidas, atualmente em discussão com o Poder Concedente (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Ministério de Minas e Energia) e o acionista controlador (Governo do Estado de São Paulo), além das medidas já tomadas, visando à redução de custos e ao aumento de receitas da Empresa, para permitir a rentabilidade às suas operações e a realização dos investimentos feitos em seu parque gerador, cujo saldo monta a R\$ 383.629 mil, em 31 de dezembro de 2013, compostos, principalmente, pela Usina Hidrelétrica Henry Borden. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas para empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Prorrogação da concessão

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a EMAE, abarcada pelas mudanças introduzidas no modelo setorial a partir da Medida Provisória - MP 579, convertida na Lei nº 12.783 de 11/01/2013, que afetou todas as empresas com prazo final de concessão até 2017, celebrou com a União, em 04/12/2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando

até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Ajustes após adoção do CPC 33 (R1)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2013, com efeito retrospectivo, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser registrados diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros Resultados Abrangentes. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório do atuariário independente. Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma na Companhia são (i) a eliminação do registro dos ganhos e perdas atuariais imediatamente no resultado e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. Para a Companhia, a aplicação desta norma requer o registro dos ganhos e perdas atuariais no patrimônio líquido em Outros Resultados Abrangentes. De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a Companhia deverá ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada. Os efeitos desta mudança na política contábil sobre os saldos anteriormente divulgados de 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012 estão sendo apresentados. Vale ressaltar que os impactos são para fins de comparabilidade, não havendo efeitos nos atos societários já aprovados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Redução ao valor recuperável de ativos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21.2, a EMAE em decorrência de reestruturação realizada, com impacto na redução de custos e consequente melhora no fluxo de caixa esperado para os próximos anos, além das variações exógenas com impacto na taxa de desconto a ser utilizada, efetuou, por meio de consultoria especializada, estudos para avaliar a capacidade de recuperação de seus ativos registrados em suas operações futuras. As unidades geradoras de caixa Rasgão, Porto Góes e Usina Vale tiveram a totalidade de seus ativos considerados como não recuperáveis com base nos testes realizados nos exercícios de 2011 e 2012. Assim, o valor da reversão de testes de recuperabilidade anteriores é de R\$ 41.903 mil. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Provisão para custos socioambientais

Conforme a nota explicativa nº 29, a EMAE mantém provisão de R\$ 17.825 mil, constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S - Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros-Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 32, a EMAE possui transações com partes relacionadas, decorrentes de operações de cessão de direitos creditícios e compartilhamento de instalações com empresas do mesmo conglomerado econômico-financeiro. Consequentemente, os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos em transações efetuadas em condições normais de mercado. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Medida provisória nº 627/2013

Conforme mencionado na nota explicativa nº 42, em 17 de setembro de 2013 foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Companhia preparou um estudo dos efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que, baseada na melhor interpretação do texto corrente da MP, não resultam efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração nessa conclusão e a Companhia aguarda a definição das emendas à mesma para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal de 2014. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborado sob a responsabilidade da administração da **EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE**, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação complementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 20 de março de 2014

UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC 2 RS 3717 S SP

JORGE LUIZ MENEZES CEREJA
Contador CRC 1 RS 43679 S SP

CNAI Nº 539
Sócio - Responsável Técnico